

ÍNDICE DE MATÉRIAS

PARTE 1 CONCEITO, ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍCIA

CAPÍTULO 1 - CONCEITO DE POLÍCIA

1. Aproximação à noção de polícia	41
2. Autoridades e forças de polícia.....	45
3. Tipos de polícia e critérios para a sua classificação	46
3.1. Polícia administrativa e polícia judiciária	46
3.2. Diversidade de polícias administrativas	47
3.3. Polícia administrativa e forças de segurança	49
3.4. Polícia preventiva e polícia repressiva	50
3.5. Polícias gerais e polícias especiais	50
3.6. Polícia administrativa e polícia política	51
3.7. Polícia de defesa do Estado e serviço de informações.....	52
3.8. Polícia municipal e polícia estadual.....	53
4. Elementos caracterizadores da polícia.....	53
5. Regime de polícia	56

CAPÍTULO 2 - ORIGEM E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POLÍCIA

6. A polícia nos grandes impérios da antiguidade.....	61
7. Evolução da polícia na Alemanha, em França e em Portugal...	66
7.1. Na Alemanha	66
7.2. Em França	75
7.3. Em Portugal.....	87
7.3.1. As primeiras leis penais	88
7.3.2. A polícia administrativa medieval	89

7.3.3. Os quadrilheiros	91
7.3.4. A reforma do Marquês de Pombal.....	95
7.3.4.1. A Intendência-Geral de Polícia	95
7.3.4.2. A polícia iluminista de bem-estar social.....	100
8. A segurança no Estado moderno: o despertar das consciências para a importância da segurança e a necessidade de a garantir	111
8.1. A ideia de segurança como pressuposto da existência do Estado e dos direitos e liberdades individuais	111
8.2. Restrição da ideia de segurança	114
9. Gênese e evolução dos modernos corpos de polícia	115

PARTE 2

POLÍCIA ADMINISTRATIVA E FORÇAS DE SEGURANÇA

CAPÍTULO 3 - A POLÍCIA ADMINISTRATIVA COMO AUTORIDADE DE ORDEM PÚBLICA

10. Legitimação da atuação das autoridades de polícia administrativa	131
10.1. A ordem pública na Constituição e na lei.....	132
10.2. A ordem pública como fundamento de atuação da autoridade administrativa	139
10.2.1. Ordem pública geral e ordem pública especial.....	139
10.3. Ordem pública, liberdade e legalidade.....	142
10.3.1. Estado de ordem	142
10.3.2. Ordem pública e liberdade	145
10.3.3. Ordem pública e legalidade	148
10.3.4. Ordem pública e dignidade da pessoa humana	153
10.3.5. Ordem pública, bons costumes e moral pública.....	156
10.4. Critérios para a delimitação da ordem pública especial face à ordem pública geral.....	159
10.5. Relatividade da ordem pública geral e da distinção entre ordem pública geral e ordem pública especial.....	163
11. Autoridades, órgãos e competências de polícia administrativa..	167
11.1. Polícia administrativa geral: autoridades e competências	167
11.1.1. Governo.....	167

11.1.2. Autoridades locais	170
11.2. Polícia administrativa especial: objeto, autoridades e competências	174
11.2.1. Polícia de segurança	175
11.2.2. Polícia dos costumes.....	176
11.2.3. Polícia económica.....	178
11.2.4. Polícia da publicidade	181
11.2.5. Polícia sanitária	183
11.2.6. Polícia dos espetáculos	187
11.2.7. Polícia de viação	190
11.2.8. Polícia das atividades desportivas e recreativas.....	194
11.2.9. Polícia das edificações	200
11.2.10. Polícia dos estabelecimentos	201
11.2.11. Polícia do trabalho	202
11.2.12. Polícia das águas e resíduos	203
11.2.13. Polícia do ambiente.....	204
11.2.14. Polícia das atividades culturais	206
11.3. Polícia municipal institucional.....	207
11.3.1. Origem, evolução e caracterização.....	207
11.3.2. Natureza jurídica e regime da polícia municipal.....	209
11.3.3. Funções das polícias municipais	211
12. Atuação das autoridades de polícia administrativa	216
12.1. Formas jurídicas de exercício do poder policial em geral...	216
12.1.1. Dificuldades da distinção entre prevenção e repressão.	217
12.1.2. Formas preventivas de atuação	220
12.1.3. Caráter restritivo das formas preventivas de atuação..	224
12.1.4. Formas repressivas de atuação.....	226
12.2. Outras formas jurídicas de atuação: vias contratuais.....	228
12.3. Atuação material de manutenção da ordem e direito à intervenção.....	231
12.4. Atuação material e realização de obras	233
13. A polícia interna.....	234
14. Salvaguarda da ordem e segurança públicas por entes privados e por entes independentes.....	236
14.1. Entes privados como titulares de poder de polícia.....	236

14.2. Exercício de poderes de polícia por entes públicos independentes.....	239
14.3. Empresas públicas.....	242
14.4. Concessionários.....	242
14.5. Instituições privadas de interesse público com poderes policiais	243
14.6. Exercício de atividades policiais por particulares.....	244
14.7. Empresas de segurança privada	246
14.8. Dever de colaboração para a salvaguarda da ordem e segurança públicas	249
14.8.1. Dever de colaboração das forças de segurança com as autoridades administrativas e entre estas	249
14.8.2. Dever de colaboração entre entidades públicas e privadas.....	250
14.8.3. Dever de colaboração dos particulares com as autoridades administrativas	251

CAPÍTULO 4 - CARATERIZAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA

15. As forças de segurança no direito comparado	254
15.1. Caraterização geral das forças de ordem e segurança na Europa ocidental	254
15.1.1. Centralização e hierarquização das forças de segurança.....	255
15.1.2. Número de forças de segurança e suas funções.....	256
15.1.3. Cooperação europeia em matéria policial	257
15.2. Configuração das FOSP na Alemanha e em França.....	259
15.2.1. Na Alemanha	259
15.2.2. Em França.....	265
16. As forças de segurança em Portugal:	266
16.1. Fundamento jurídico-constitucional e política de segurança interna.....	266
16.1.1. Conceito de “segurança interna”	267
16.1.2. Fundamento jurídico-constitucional	268
16.1.3. Política de segurança interna	268

16.2. Tipologia e enquadramento das forças policiais.....	271
16.2.1. Enquadramento geral	271
16.2.2. Tipologia das polícias portuguesas.....	272
17. Funções, competências e formas de atuação.....	276
17.1. Conceitos fundamentais.....	276
17.2. Funções e competências das forças de segurança.....	284
17.2.1. Funções de assistência e socorro.....	286
17.2.2. Funções de auxílio e cooperação com a Administração.....	286
17.2.3. Funções de vigilância.....	286
17.2.4. Funções de prevenção do perigo para a ordem e segurança públicas.....	287
17.2.5. Prevenção e repressão de ilícitos	287
17.3. Formas de atuação das forças policiais.....	288
17.3.1. Ato policial.....	288
17.3.2. Ato material	291
17.4. Intervenção operacional: combate operacional à criminalidade.....	297
18. Poderes de manutenção da ordem das forças de segurança ...	298
19. Intervenção policial em situação de urgência.....	301
19.1. Urgência material e urgência temporal	302
19.2. Subsidiariedade da polícia face às autoridades de ordenação.....	305
19.3. Urgência e proteção de direitos privados	310
19.4. Intervenção policial a pedido de autoridade administrativa.....	312
20. As forças de segurança e serviços afins.....	313
20.1. Forças de segurança e SIS.....	313
20.1.1. Caracterização dos serviços de informações em Portugal.....	313
20.1.2. Razão do aparecimento dos serviços de informações .	314
20.1.3. Serviços de informações e segurança e polícias secretas ao serviço de ditadores.....	315
20.1.4. Serviços de informações e segurança e defesa do Estado de direito democrático	316

20.1.5. Serviços de informações e segurança e polícia: delimitação e colaboração.....	317
20.1.6. Interesse decrescente dos serviços de informações e segurança	320
20.2. Forças de segurança e SEF	321
20.3. Forças de segurança e proteção civil	322
20.3.1. Aspetos comuns entre proteção civil e polícia	322
20.3.2. Organização e funcionamento da proteção civil em Portugal	323
20.3.3. Riscos a prevenir através de uma atividade planificada	324
20.3.4. Proteção civil e cidadão.....	324
20.3.5. Transnacionalização da ação de proteção civil	325

CAPÍTULO 5 - AS FORÇAS DE SEGURANÇA FACE À POLÍCIA ADMINISTRATIVA

21. Relação entre autoridades de manutenção da ordem e polícia	329
21.1. Sistemas de relacionamento entre autoridades de manutenção da ordem e polícia.....	329
21.2. Dever geral de cooperação	334
21.2.1. Fundamento e limites do dever geral de cooperação .	334
21.2.2. Cooperação no domínio da execução.....	340
21.2.2.1. Caracterização geral	340
21.2.2.2. Pressupostos da cooperação no domínio da execução	342

CAPÍTULO 6 - AS FORÇAS DE SEGURANÇA FACE AO M.º P.º: POLÍCIA ENTRE PREVENÇÃO E REPRESSÃO

22. Distinção entre medidas preventivas e medidas repressivas ...	345
22.1. Dificuldades da distinção	345
22.2. Consequências da distinção	348
22.3. Limites da ideia de prevenção	349
23. Medidas de dupla função.....	358
23.1. Conceito de medida de dupla função.....	358
23.2. Medidas típicas de dupla função.....	359

23.3. Regime das medidas de dupla função	360
24. Polícia e repressão do crime e de contraordenações.....	362
24.1. Combate ao crime como função das FOSP	362
24.1.1. Em geral	362
24.1.2. Reserva de lei	366
24.1.3. Limites dos poderes de orientação do M.º P.º face às FOSP.....	366
24.2. Repressão de contraordenações pelas FOSP.....	371

PARTE 3

ATUAÇÃO POLICIAL EM GERAL

CAPÍTULO 7 - FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO

25. As forças de segurança como autoridades de ordem e segurança públicas	377
25.1. Funções da cláusula geral de polícia.....	378
25.2. Intervenção policial com base na cláusula geral e em lei expressa.....	383
25.3. Bens protegidos pela cláusula geral.....	385
25.3.1. Ordem pública.....	385
25.3.1.1. Legalidade e legitimidade	385
25.3.1.2. Legalidade, moral e política	386
25.3.1.3. Ordem pública como fonte de habilitação das forças de segurança	386
25.3.1.4. Intervenção das forças de segurança com base na ordem pública	389
25.3.1.5. Estado e moral.....	393
25.3.2. Segurança pública.....	394
25.3.2.1. Conceito.....	394
25.3.2.2. Segurança pública como direito fundamental..	394
25.3.2.3. Bens protegidos pela segurança pública	394
25.3.2.3.1. Defesa da ordem jurídica	395
25.3.2.3.2. Defesa do Estado e das suas instituições	398
25.3.2.3.2.1. Conceito	398
25.3.2.3.2.2. Defesa do Estado pela polícia, pelo SIS e pelo M.º P.º	399

25.3.2.3.3. Defesa de bens individuais	400
25.3.2.3.3.1. Em geral	401
25.3.2.3.3.2. Autoexposição ao perigo	404
26. Princípios jurídicos de atuação policial	412
26.1. Juridicidade da atuação policial	412
26.2. Discrecionariedade funcional das forças de segurança	416
26.2.1. Discrecionariedade policial fundada nas exigências da atividade policial.....	419
26.2.2. Formas de manifestação da discrecionariedade policial.....	425
26.2.3. Limitações à discrecionariedade policial.....	426
26.2.4. Redução da discrecionariedade policial a zero	428
26.3. A ‘margem de apreciação’ policial face ao Estado de direito	434
26.4. Eficiência e simplificação das operações policiais.....	439
26.5. Princípio da proporcionalidade.....	443
26.5.1. Base legal e caracterização jurídica.....	444
26.5.2. Fim da norma	445
26.5.3. Aptidão	445
26.5.4. Indispensabilidade.....	447
26.5.5. Proporcionalidade em sentido estrito	450
26.6. Princípio da determinação	452
26.7. Princípio da possibilidade de cumprimento.....	453
26.8. Princípio da aceitação de meio alternativo.....	454

CAPÍTULO 8 - PERTURBAÇÃO E PERTURBADOR

27. A perturbação da ordem e segurança públicas: o perigo policial	457
27.1. Conceito de perigo policial.....	457
27.2. Dano e probabilidade da sua ocorrência	459
27.3. Tipologia, graduação e caracterização dos perigos policiais	464
27.4. O caso especial dos “sem-abrigo”	485
28. O perturbador da ordem e segurança públicas e sua responsabilização policial	489

28.1. Responsabilização policial em geral	489
28.2. Concurso de perturbadores e escolha entre eles	502
28.3. Responsabilização subsidiária ou complementar	507
28.4. Responsabilização por animais e coisas	510
28.5. Responsabilização por animais: o caso especial dos cães	517
28.6. Limitações à responsabilização policial	520
28.7. Transmissão das obrigações policiais	525

PARTE 4

ATUAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA EM ESPECIAL

CAPÍTULO 9 - MEDIDAS DE POLÍCIA

A. Medidas para a obtenção aberta de dados e informações

29. Intimação de comparência	533
30. Interrogatório policial e dever de dar informações do destinatário	538
31. Identificação ou controlo de identidade	554
31.1. Delimitação conceptual	555
31.2. Controlo de identidade de polícia criminal	557
31.3. Controlo de identidade de polícia administrativa	561
32. Reconhecimento da identidade	574
32.1. Caracterização e legitimidade do reconhecimento de identidade	574
32.2. Pressupostos e procedimento das medidas de reconhecimento da identidade	577
32.3. Reconhecimento de identidade e combate preventivo à criminalidade	578
32.4. Reconhecimento da identidade de pessoas “sem domicílio”	580
33. Controlo de documentos de permissão	580

B. Medidas para a obtenção secreta de dados e informações

34. Observação prolongada e emprego de meios humanos e tecnológicos	582
34.1. Escutas telefónicas e “vigilância de escuta” em geral	582
34.2. Agentes secretos, pessoas de contacto e informações de arrendidos	586

34.3. Mera vigilância e observação policial.....	587
34.3.1. Vigilância por vídeo de locais públicos e abertos ao público.....	588
34.3.2. Observação policial para o combate preventivo à criminalidade.....	589
34.4. Confrontação de dados.....	590
 C. Medidas orientadas para a segurança de pessoas e bens	
35. Ordem de abandono de local público ou aberto ao público ..	591
36. Colocação em segurança, apreensão, selagem e depósito à ordem do tribunal.....	594
36.1. Delimitação conceptual.....	594
36.2. Ato administrativo prévio à apreensão	598
36.3. Fins da apreensão e da colocação em segurança.....	599
36.4. Domínios típicos da apreensão e colocação em segurança	603
36.5. Guarda de objetos apreendidos	608
36.6. Utilização, aproveitamento e venda em hasta pública	613
36.7. Perda a favor do Estado, destruição e inutilização de objetos apreendidos	615
36.8. Restituição dos objetos apreendidos ou do produto da sua venda.....	618
37. Revista policial.....	620
37.1. Conceito e natureza jurídica	620
37.2. Revista do corpo e investigação do corpo.....	623
37.3. Âmbito do poder de revista.....	624
37.4. Competência e fins da revista.....	625
37.4.1. Competência e fins da revista de polícia criminal. ...	625
37.4.2. Revista para a segurança da própria polícia ou de terceiros.....	628
37.4.3. Revista para fins de colocação em segurança de meios de prova de crimes	629
37.4.4. Revista para fins de determinação de identidade de pessoa que o não pode fazer	630
37.4.5. Revista a pessoas que se encontram próximo da “área de movimentação” de pessoas que estão em grave perigo	630

37.4.6. Revista por ocasião de uma detenção, para fins de apreensão	630
37.4.7. Revista em locais perigosos ou ameaçados	631
37.5. Procedimento da revista.....	632
38. Busca policial em geral.....	633
38.1. Conceito e caracterização geral.....	633
38.2. Local da busca	634
38.3. Fins da busca.....	635
38.3.1. Busca para prevenir perigos para pessoas	635
38.3.2. Busca repressiva de pessoas para fins de detenção..	636
38.3.3. Busca para fins de apreensão ou colocação em segurança de objetos	637
38.3.4. Busca para fins de identificação	637
38.4. Busca de polícia criminal e busca preventiva	637
38.4.1. Pressupostos e competência.....	637
38.4.1.1. Caracterização geral.....	637
38.4.1.2. Pressupostos materiais da busca de polícia criminal.....	638
38.4.1.3. Competência para ordenar a busca de polícia criminal.....	639
38.4.1.4. Busca de coisas ou pessoas em locais perigosos ou especialmente ameaçados	639
38.5. Ligação da busca policial a outras operações policiais	639
38.6. Procedimento da busca: conformação legal, exibição de documento de autorização e emissão de documento comprovativo.....	640
38.7. Casos específicos de busca	642
39. Entrada e busca domiciliares	643
39.1. Conceitos fundamentais: domicílio, entrada e busca domiciliar.....	644
39.1.1. Domicílio.....	644
39.1.2. Entrada e busca no domicílio.....	646
39.2. Fundamento constitucional da entrada e busca domiciliares	647
39.3. Regime legal	652

39.4. Entrada e busca em período diurno ou noturno	652
39.5. Entrada e busca domiciliárias em caso de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada	655
39.6. Entrada e busca preventivas	658
39.7. Direitos de quem exerce legitimamente o poder material sobre o domicílio	661
39.8. Dever de emissão de documento comprovativo	664
40. Detenção policial	664
40.1. Delimitação conceptual.....	664
40.2. Caracterização da detenção policial preventiva	666
40.3. Indispensabilidade da detenção	669
40.4. Reserva de lei e reserva de juiz; privação e mera restrição da liberdade.....	671
40.5. Duração da detenção	675
40.6. Modalidades e fins da detenção policial	676
40.6.1. Detenção para a prevenção de crimes ou para impedir a sua continuação	677
40.6.2. Detenção para prevenir ou combater contraordenações de relevante importância (de significativa gravidade)	679
40.6.3. Detenção associada a reuniões e manifestações e a espetáculos desportivos.....	680
40.6.4. Detenção para fazer cumprir uma ordem de abandono de local.....	680
40.6.5. Detenção de pessoas em fuga	682
40.7. Casos atípicos e de legitimidade duvidosa de detenção policial	683
40.7.1. Detenção de espera.....	683
40.7.2. Detenção imprópria.....	684
40.7.3. Custódia de proteção.....	684
40.7.4. “Detenção” por perigo de suicídio.....	685
40.7.5. “Detenção” por perigo proveniente de terceiro.....	686
40.8. Controlo judicial a posteriori da detenção	686
40.8.1. Reserva de juiz.....	686
40.8.2. Devolução à liberdade antes de decisão do tribunal	688

40.8.3. Determinação do tribunal competente.....	689
40.8.4. Requisitos do pedido de decisão e da própria decisão judicial.....	690
40.9. Regimes especiais de detenção: menores e entidades que gozam de imunidade.....	692
40.9.1. Menores.....	692
40.9.2. Detenção de pessoas em regime de imunidade.....	696
40.10. Tratamento de detidos.....	696
41. Rusga policial.....	700
42. Outras medidas policiais	701

CAPÍTULO 10 - USO DA FORÇA PELA POLÍCIA

43. Enquadramento geral das forças de segurança enquanto autoridades administrativas e enquanto braço coativo do Estado	707
44. Exigências gerais da execução administrativa.....	708
44.1. Execução administrativa e execução de direitos civis.....	708
44.2. Princípios jurídicos gerais da execução coativa dos atos administrativos.....	708
44.3. Pressupostos da execução coativa	710
44.4. Fins da execução do ato administrativo.....	712
44.5. Meios de execução coativa do ato administrativo	712
44.6. O procedimento de execução coativa	714
45. Execução administrativa e execução policial.....	717
45.1. Coação como complemento auxiliar da execução	717
45.2. Especificidade da execução policial e regime supletivo do CPA	718
45.3. Execução imediata sem ato administrativo prévio.....	719
45.4. Execução direta e execução indireta.....	723
46. Coação policial.....	724
46.1. Delimitação conceptual da coação policial	724
46.2. Implicações da coação para o legislador e para a autoridade aplicadora.....	725
47. Fins e meios de coação policial	726
47.1. Fins da coação policial.....	726
47.2. Meios de coação policial	727

47.2.1. Coação física (coação direta)	727
47.2.1.1. Caracterização geral	728
47.2.1.2. Meios auxiliares de coação física em geral.....	729
47.2.1.3. O caso específico das armas.....	735
47.2.1.4. Munições	737
47.2.1.5. Reserva de lei no domínio das armas e munições	738
47.2. 2. Ação substitutiva (coação indireta).....	739
47.2. 3. Imposição pecuniária compulsória.....	742
48. Procedimento de emprego de coação	743
48.1. Intimação ou ameaça de emprego de coação	743
48.2. Prazo de cumprimento e aplicação imediata do meio de coação sem intimação prévia	746
48.3. Exercício da coação ameaçada pelo meio indicado	747
49. Uso de armas de fogo pela polícia	748
49.1. Conceito de arma de fogo	748
49.2. Arma de fogo como meio de extrema coação	749
49.3. Exigências da lei de uso de arma de fogo: clareza, determinação e proporcionalidade.....	749
49.4. Juridicidade da coação policial	751
49.4.1. Preferência e reserva de lei	752
49.4.2. Reserva de lei em geral.....	752
49.4.3. Clarificação do conceito de ingerência nos direitos e liberdades dos cidadãos.....	752
49.4.4. Intervenção policial e ingerência na liberdade artística.....	754
49.4.5. Coação policial e tortura	755
49.5. Liberdade ou vinculação no exercício da coação e em especial no uso de armas de fogo: “margem de estratégia para a melhor intervenção”	756
49.5.1. Em geral	756
49.5.2. O caso específico da reação estratégica nas concentrações de pessoas total ou parcialmente amotinadas	757
49.6. Princípio da proporcionalidade.....	759
49.6.1. Aptidão	759

49.6.2. Indispensabilidade.....	760
49.6.3. Proporcionalidade em sentido estrito	760
50. Princípio da precedência do uso de arma de fogo contra coisas.	760
51. O uso de arma de fogo contra coisas	762
52. Uso de arma de fogo contra pessoas, com risco de causar a morte	764
52.1. Princípio da subsidiariedade	764
52.2. Fins do uso de arma de fogo contra pessoas.....	764
52.2.1. Para repelir a agressão atual ilícita dirigida contra o agente ou terceiros, se houver perigo iminente de morte ou ofensa grave à integridade física	765
52.2.2. Para prevenir a prática de crime particularmente grave que ameaça vidas humanas.....	767
52.2.3. Para proceder à detenção de pessoa que represente ameaça para vidas humanas e que resista à autoridade ou para impedir a sua fuga.....	768
52.3. Procedimento de uso de arma de fogo contra pessoas...	768
53. O tiro com intenção de matar	771
53.1. Fim “salvífico”	773
53.2. Compatibilidade do tiro “salvífico” com o Estado de direito	773
53.3. Primazia da vida da vítima sobre a vida do perturbador	775
53.4. Tiro mortal para a defesa da integridade física.....	776
53.5. Tiro mortal para a defesa de outros bens de elevado valor.	777
53.6. Aptidão do tiro: perigo para terceiro	777
53.7. Limites do poder negocial da polícia com o agressor	779
53.8. Dificuldades inerentes à investigação do perigo como pressuposto do tiro mortal: atualidade do perigo e perigo para terceiro (v.g. o refém)	781
53.9. Dever de socorrer o atingido	783
54. Sinais de mudança no domínio do uso de armas de fogo pela polícia	783
Índice remissivo	787
Bibliografia	803